



UFFS
Folha _____
Rubrica _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2019

Processo Administrativo nº 23205.001761/2019-04

Pregão Eletrônico (SRP) Nº 27/2019

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Avenida Fernando Machado, 108 E, Bairro Centro, em Chapecó/SC, inscrita no C.N.P.J sob o nº 11.234.780/0001-50, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura **RAFAEL SANTIN SCHEFFER**, nomeado pela Portaria nº 1.124 de 23 de setembro de 2019, publicada no D.O.U de 24 de setembro de 2019, inscrito no CPF sob o nº 067.095.649-08, portador da Carteira de Identidade nº 3606548 SSP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 27/2019, publicada no D.O.U. de 16/08/2019, processo administrativo nº 23205.001761/2019-04, RESOLVE registrar os preços da empresa **CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 06.167.061/0001-24**, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos das áreas de Química, Engenharia, Física, Aquicultura, Biologia, Medicina Humana e Veterinária, Simuladores e modelos anatômicos, Mapas e Ferramentas elétricas destinados aos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul, especificado(s) no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 27/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nº	Descrição Item	Preço Unitário	Unidade de Medida	Quantidade	Total do item
18	Cabine de Segurança Biológica Classe II A1 Especificação: Cabine de segurança biológica classe II tipo A1 microprocessada, com 30% de renovação do ar e exaustão para o ambiente do laboratório. Apresenta proteção ao produto manipulado, ao operador e ao laboratório, garantindo segurança para trabalhos com material particulado de risco moderado (para pesquisas microbiológicas na ausência de substâncias químicas voláteis tóxicas e/ou inflamáveis e de radionuclídeos). Velocidade de face média (velocidade do ar frontal) de 0,38 m/s ou superior. Projetada para trabalhos classe	R\$ 22.500,00	UNIDADE	4	R\$ 90.000,00



UFFS
Folha _____
Rubrica _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

5 (conforme ABNT NBR ISO 14.644) e classe 100 conforme ABNT NBR 13.700. Gabinete em aço carbono ou alumínio naval com tratamento anticorrosivo e acabamento em epóxi ou laca automotiva. Área interna de trabalho totalmente confeccionada em aço inox 304 com acabamento escovado, mesa de trabalho em chapa de aço inox de fácil remoção para limpeza e desinfecção e com dreno para líquidos acidentalmente derramados, iluminação constituída de lâmpadas fluorescentes internas ao equipamento. Janela frontal em vidro temperado de máxima visibilidade com deslocamento vertical (sobe/desce), inclinada para evitar reflexos e com possibilidade de parar em qualquer posição. Motoventilador 110V monofásico OU 220V bifásico (para os campi do Paraná) e 220V monofásico (para os campi de SC e RS), com motor equipado com proteção térmica. Pré filtro sintético na tomada de ar. Insuflamento e exaustão com Filtros Absoluto Hepa H14 com separador de alumínio e/ou de resina com eficiência de 99,99% para partículas 0,3 microns. Pannel eletrônico para operação/acionamento, com indicação de saturação dos filtros, horímetro para a lâmpada UV, horímetro para funcionamento do equipamento, timer para a lâmpada germicida, histórico de registros e ocorrências, alarme sonoro para alertar o operador quando a janela frontal exceder 200 mm, sistema de segurança que só permita acionar a lâmpada UV com o vidro frontal fechado. Caixa de proteção térmica dotada de reles térmicos e fusíveis de proteção, nível de ruído abaixo de 70 Db. Base com rodízios (pelo menos 2 deles com freio) e com barra horizontal para apoio dos pés. Dimensões externas com base (aprox.): 2.100 x 1.270 x 780 mm (Alt. x Larg. x Prof.), dimensões MÍNIMAS da área de trabalho: 580 x 1.180 x 590 mm (Alt. x Larg. x Prof.). O equipamento deve ter os seguintes acessórios: 1 Bico para gás ou vácuo, Lâmpada germicida 30 W, 2 Tomadas auxiliares, sendo uma 110 e outra 220 V, 1 lâmpada germicida de 30 W sobressalente (todos próprios para cabine de segurança biológica). Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, possuir assistência técnica em território nacional. Incluso manual de instruções de operação e certificado de garantia. Inclusa CERTIFICAÇÃO de conformidade do ar e integridade (validação) executada NO LOCAL DE



UFFS
Folha _____
Rubrica _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENTREGA por técnico qualificado pelo fabricante. Equivalente ou superior à TLF-A1/Trox Technik, PA 420/Pachane, Biosafe 12/Veco.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal da Fronteira Sul – UASG 158517.
3.2. Este certame não possui órgão/entidade participante.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5. Para análise de solicitação de Adesão de Atas de Registro de Preços de Órgãos não Participantes da Esfera Federal, a Superintendência de Compras e Licitações exigirá a apresentação de estudo que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da referida ARP, em documento no formato PDF.

4.5.1. Os estudos poderão ser encaminhados no e-mail licitacoes@uffs.edu.br, preferencialmente na mesma data da solicitação da ARP.

4.5.2. Conforme orientações descritas no Portal de Compras do Governo Federal no link: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1005-irp-noticia>, o órgão gerenciador não analisará e nem entrará no mérito de validação do estudo, apenas utilizará este documento como condição para analisar a solicitação de Adesão de Atas de Registro de Preços enviada via Portal de Compras do Governo Federal e o teor do documento será de inteira responsabilidade do órgão emissor solicitante da Adesão da referida ARP.



UFFS
Folha _____
Rubrica _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

4.5.3. o Portal de Compras do Governo Federal ainda não dispõe de ferramenta para anexar os estudos, sendo assim, os documentos recebidos pela SUCL ficarão arquivados digitalmente na Superintendência."

4.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.8.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.



UFFS
Folha _____
Rubrica _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou



UFFS
Folha _____
Rubrica _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata vai assinada pelas partes.

Chapecó/SC, 15 de Outubro de 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

RAFAEL SANTIN SCHEFFER

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura



CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Sócio(a)-Administrador(a)

06 167 061 / 0001 - 24

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS
E SERVIÇOS LTDA

Rua Reinaldo Pazello, 1713
Santa Quitéria - CEP 80310-110

CURITIBA - PR

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular de alteração social, os abaixo assinados:

MARIA ANGÉLICA SADIR PRIETO, brasileira, solteira, nascida em 31/01/1973, comerciante, portadora da CIRG n. 8.895.575-8 SSP/SP e do CPF/MF sob n. 079.779.598-79, residente e domiciliada à Rua Fernão Lopes, n. 613, Bairro Parque Taquaral, CEP 13087-050, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo;

ALCIR LEAL DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido em 30/08/1968, tecnólogo mecânico, portador da CIRG n. 17.758.927 SSP/SP e do CPF/MF sob n. 102.217.718-40, residente e domiciliado à Avenida Carlos Grimaldi, n. 1171, Jardim Conceição, CEP 13091-000, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo;

UNICOS SÓCIOS componentes da Sociedade Empresária Limitada, que gira sob o nome empresarial de "**CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP**", com sede à Rua Reinaldo Pazello n. 1713, Bairro Santa Quitéria, CEP 80310-110, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, conforme registro na JUCEPAR sob n. 41.205.198.701, têm entre si, justo e pactuado, alterar os atos constitutivos da presente sociedade, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I – ALTERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DOS PODERES DOS ADMINISTRADORES

Alterar os poderes dos administradores da sociedade. Em função da alteração realizada, a cláusula quarta passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA

A Administração da Sociedade ficará a cargo dos sócios, **ALCIR LEAL DOS SANTOS** e **MARIA ANGÉLICA SADIR PRIETO**, designados como ADMINISTRADORES, cabendo-lhes o privilégio de uso da firma ou nome empresarial, nos moldes do artigo 1064 da Lei 10406/02, cabendo-lhe, a gestão das atividades da Sociedade, sua representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial.

Parágrafo primeiro: Confere-se ao Administrador instituído pelo caput desta cláusula, os poderes para, sempre em conjunto, planejar, deliberar, traçar e decidir as diretrizes gerais e orientação das atividades sociais que são estratégicas para a atividade da sociedade.

1 de 10



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 15:33 SOB Nº 20175338370.
PROTOCOLO: 175338370 DE 23/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703684393. NIRE: 41205198701.
CCL PARANA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Parágrafo segundo: A Administração será isolada, cabendo a qualquer dos Administradores, a execução das seguintes tarefas: movimentar contas bancárias da sociedade, assinar cheques, notas promissórias, duplicatas e demais títulos inerentes à administração dos negócios, assinar propostas comerciais, representar a empresa em licitações, concorrências e pregões públicos ou privados, constituindo procurador ou procuradores em nome da Sociedade e nos limites de suas atribuições e poderes.

Parágrafo terceiro: Para modificação do contrato social, para cisão da sociedade, para sua dissolução, para a alienação ou oneração de bens móveis, veículos e equipamentos, para o arrendamento total ou parcial das instalações industriais ou comerciais da sociedade, para cessão, venda, transferência total de quaisquer dos elementos materiais ou imateriais da empresa, será necessária a simples aprovação consensual dos sócios detentores do capital social.

Parágrafo quarto: Por força de permissivo legal previsto no artigo 1061 da Lei n. 10406/02, fica autorizado, desde que, com a concordância dos sócios detentores da maioria do capital social, o exercício da administração da Sociedade por administradores não sócios, sendo estes investidos no cargo mediante termo de posse a ser lavrado no livro de atas da Diretoria.

II - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em função das presentes alterações, resolvem os sócios consolidar o respectivo Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2 de 10



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 15:33 SOB Nº 20175338370.
PROTOCOLO: 175338370 DE 23/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703684393. NIRE: 41205198701.
CCL PARANA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

MARIA ANGÉLICA SADIR PRIETO, brasileira, solteira, nascida em 31/01/1973, comerciante, portadora da CIRG n. 8.895.575-8 SSP/SP e do CPF/MF sob n. 079.779.598-79, residente e domiciliada à Rua Fernão Lopes, n. 613, Bairro Parque Taquaral, CEP 13087-050, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo;

ALCIR LEAL DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido em 30/08/1968, tecnólogo mecânico, portador da CIRG n. 17.758.927 SSP/SP e do CPF/MF sob n. 102.217.718-40, residente e domiciliado à Avenida Carlos Grimaldi, n. 1171, Jardim Conceição, CEP 13091-000, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo;

UNICOS SÓCIOS componentes da Sociedade Empresária Limitada, que gira sob o nome empresarial de **"CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP"**, com sede à Rua Reinaldo Pazello n. 1713, Bairro Santa Quitéria, CEP 80310-110, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, conforme registro na JUCEPAR sob n. 41.205.198.701, têm entre si, justo e pactuado, consolidar atos constitutivos da presente sociedade, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade girará sob o nome empresarial de **"CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP"**, com sede Rua Reinaldo Pazello n. 1713, Bairro Santa Quitéria, CEP 80310-110, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo abrir filiais em qualquer parte do território nacional.

Parágrafo único. A sociedade mantém a filial à Rua Uirapuru, n. 431, Sala 02, Distrito de Barão Geraldo, CEP 13082-706, Campinas – SP.

CLÁUSULA SEGUNDA

O objeto social destinar-se-á ao controle biológico de ambientes e sua certificação, áreas limpas, fluxo laminar e segurança biológica, bem como, a compra e venda de peças para reposição de filtros de ar e equipamentos.

Parágrafo único. A filial 01 tem por objetivo social o controle biológico de ambientes e sua certificação, áreas limpas, fluxo laminar e segurança biológica, bem como, a compra e venda

3 de 10



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 15:33 SOB Nº 20175338370.
PROTOCOLO: 175338370 DE 23/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703684393. NIRE: 41205198701.
CCL PARANA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

de peças para reposição de filtros de ar e equipamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social que é de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), divididos em 125.000 (cento e vinte e cinco mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, deste capital ficam destacados R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) divididos em 5.000 (cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, destinados para a filial 01, ficando assim distribuídas entre os sócios:

Nome dos Sócios	%	N. de Quotas	Capital Social – R\$
MARIA ANGÉLICA SADIR PRIETO	80,00	100.000	100.000,00
ALCIR LEAL DOS SANTOS	20,00	25.000	25.000,00
TOTAL	100,00	125.000	125.000,00

Parágrafo Primeiro: Nos termos do artigo 1052 da Lei 10.406/02, fica estabelecido que a responsabilidade dos sócios se restringe única e exclusivamente ao valor de suas quotas, por ter havido a total integralização do capital social.

Parágrafo Segundo: Conforme o permissivo do artigo 997 da Lei 10.406/02, fica acordado expressamente que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA QUARTA

A Administração da Sociedade ficará a cargo dos sócios, **ALCIR LEAL DOS SANTOS** e **MARIA ANGÉLICA SADIR PRIETO**, designados como ADMINISTRADORES, cabendo-lhes o privilégio de uso da firma ou nome empresarial, nos moldes do artigo 1064 da Lei 10406/02, cabendo-lhe, a gestão das atividades da Sociedade, sua representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial.

Parágrafo primeiro: Confere-se ao Administrador instituído pelo caput desta cláusula, os poderes para, sempre em conjunto, planejar, deliberar, traçar e decidir as diretrizes gerais e orientação das atividades sociais que são estratégicas para a atividade da sociedade.

Parágrafo segundo: A Administração será isolada, cabendo a qualquer dos Administradores, a execução das seguintes tarefas: movimentar contas bancárias da sociedade, assinar

4 de 10



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 15:33 SOB Nº 20175338370.
PROTOCOLO: 175338370 DE 23/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703684393. NIRE: 41205198701.
CCL PARANA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

cheques, notas promissórias, duplicatas e demais títulos inerentes à administração dos negócios, assinar propostas comerciais, representar a empresa em licitações, concorrências e pregões públicos ou privados, constituindo procurador ou procuradores em nome da Sociedade e nos limites de suas atribuições e poderes.

Parágrafo terceiro: Para modificação do contrato social, para cisão da sociedade, para sua dissolução, para a alienação ou oneração de bens móveis, veículos e equipamentos, para o arrendamento total ou parcial das instalações industriais ou comerciais da sociedade, para cessão, venda, transferência total de quaisquer dos elementos materiais ou imateriais da empresa, será necessária a simples aprovação consensual dos sócios detentores do capital social.

Parágrafo quarto: Por força de permissivo legal previsto no artigo 1061 da Lei n. 10406/02, fica autorizado, desde que, com a concordância dos sócios detentores da maioria do capital social, o exercício da administração da Sociedade por administradores não sócios, sendo estes investidos no cargo mediante termo de posse a ser lavrado no livro de atas da Diretoria.

CLÁUSULA QUINTA

A Sociedade teve início de suas atividades conforme registro nos órgãos competentes, sendo indeterminado o prazo de sua duração.

CLÁUSULA SEXTA

Os sócios, MARIA ANGÉLICA SADIR PRIETO e ALCIR LEAL DOS SANTOS, poderão ter direito a uma retirada mensal a título de Pró-labora, quantia esta a ser fixada de comum acordo pelos sócios detentores da maioria do capital social. Em não sendo possível tal composição, poderão ter direito, em qualquer caso, a uma retirada mensal, respeitados os limites fixados pelo regulamento do imposto sobre a renda.

CLÁUSULA SÉTIMA

O exercício social coincidirá com o ano civil, findando-se em 31 de Dezembro de cada ano, oportunidade em que se procederá ao levantamento das Demonstrações Financeiras,

5 de 10



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 15:33 SOB Nº 20175338370.
PROTOCOLO: 175338370 DE 23/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703684393. NIRE: 41205198701.
CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

procedendo-se à elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, nos termos do artigo 1.065 do Código Civil.

CLÁUSULA OITAVA

As quotas não podem ser transferidas ou cedidas a terceiros sem o prévio consentimento dos sócios que detenham ao menos $\frac{3}{4}$ do capital social da empresa. A concordância desta será dada preferencialmente no próprio instrumento de alteração de contrato. Valerá, contudo, para todos os efeitos de direito, a concordância inequívoca manifestada em instrumento a parte.

Parágrafo primeiro: A Sociedade, em primeiro lugar, e ao sócios, ordenados pela quantidade decrescente de suas quotas, se a Sociedade não se interessar pela transação, terão preferência e igualdade de condições para adquirir as quotas do sócio cedente. Fará o cedente a sociedade, através da diretoria, a necessária comunicação, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, integralmente do seu direito de preferência, o restante das quotas acrescerão "pro-rata" aos que, no prazo acima indicado, manifestarem o propósito de adquirir as quotas do sócio cedente.

Parágrafo segundo: Se nenhum dos sócios, nem a própria sociedade, usar do direito de preferência que lhes é assegurado, fica livre ao sócio ceder as suas quotas a terceiros, valendo o instrumento de cessão, devidamente arquivado no Registro do Comércio, como prova plena da alteração dos estatutos sociais.

Parágrafo terceiro: Será ineficaz, em relação à sociedade, a cessão ou transferência de quotas feitas com infração às regras estabelecidas neste parágrafo.

Parágrafo Quarto: Para fins de valoração das quotas a serem negociadas, fica definido que será utilizado o critério do valor econômico da sociedade, este definido por avaliação feita em base em critérios técnicos a ser realizada por profissionais especializados da área de auditoria ou avaliação empresarial.

6 de 10



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 15:33 SOB Nº 20175338370.
PROTOCOLO: 175338370 DE 23/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703684393. NIRE: 41205198701.
CCL PARANA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA NONA

Em caso de falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou por incapacidade superveniente, poderá qualquer um dos sócios ser excluído judicialmente da sociedade, mediante iniciativa dos sócios detentores da maioria do capital social, não podendo o sócio excluído exercer atividade idêntica, ou ainda, semelhante a do objeto desta Sociedade, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, sob pena de responder pelos prejuízos decorrentes de sua atuação. Na hipótese deste impedimento, ainda se enquadrará qualquer dos sócios que, por quaisquer motivos, mesmo os de for íntimo, se desligar motivada ou imotivadamente da Sociedade.

Parágrafo primeiro: Na hipótese de exclusão de qualquer membro da sociedade, em estando o sócio excluído, na data de sua exclusão, no exercício de qualquer função operacional em favor da sociedade, haverá o imediato desligamento do sócio da função até então exercida.

Parágrafo segundo: Ainda, nesta hipótese, o sócio retirante, após quitar todas as suas obrigações decorrentes do período de participação da sociedade, fica livre e desembaraçado de quaisquer responsabilidades posteriores a data de averbação de sua saída.

Parágrafo terceiro: Para fins de exclusão e respectivo pagamento dos valores pertinentes a participação do sócio excluído, deverão ser observados os critérios determinados no parágrafo único da Cláusula Sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA

Nos casos expressamente previstos neste instrumento contratual e nos casos previstos nos incisos I, II, III, IV, VII e VIII do artigo 1071 da Lei 10406/02, fica estabelecido que as deliberações dos sócios deverão ser tomadas em reunião a ser convocada pelo Administrador ou demais sócios, devendo ser tomadas por maioria de votos, apurados segundo o valor das quotas de cada um, sendo dispensada a realização nos casos em que todos os sócios tiverem decidido, por escrito, sobre a matéria que poderia ser objeto de discussão.

7 de 10



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 15:33 SOB Nº 20175338370.
PROTOCOLO: 175338370 DE 23/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703684393. NIRE: 41205198701.
CCL PARANA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Parágrafo primeiro: A validade da deliberação dependerá da presença da maioria societária, assim considerando pelo valor das quotas de cada sócio, sendo o quorum necessário para aprovação de qualquer deliberação, a maioria absoluta, na forma do artigo 1010 da Lei n. 10406/02.

Parágrafo segundo: Inobstante os casos previstos no caput desta cláusula, para a modificação do contrato social, para a cisão da sociedade, para a sua dissolução, para a alienação ou oneração de bens imóveis, veículos e equipamentos, para o arrendamento total ou parcial das instalações industriais ou comerciais da sociedade, para a cessão, venda, transferência total ou parcial de quaisquer dos elementos materiais ou imateriais da empresa, será necessária a simples aprovação consensual dos sócios detentores do capital social.

Parágrafo terceiro: Todas as decisões e deliberações exaradas em reunião celebrada nos termos do caput desta cláusula constarão no Livro de Ata de Reuniões da Diretoria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolve a Sociedade, que continuará com os demais sócios.

Parágrafo primeiro: Apenas em caso de falecimento dos sócios que, individualmente detenham ao menos 15% (quinze por cento) do capital social, é que a Sociedade prosseguirá com a admissão dos sucessores do sócio falecido, depois de legitimados por sentença transitada em julgado; até o momento da legitimação, os herdeiros serão representados pelo espólio, na pessoa do inventariante, nomeado e compromissado nos autos do processo de inventário.

Parágrafo segundo: Ocorrendo o falecimento dos demais sócios, proceder-se-á a apuração dos haveres "de cujos" com base no critério definido nos termos do parágrafo único da Cláusula Oitava.

8 de 10



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 15:33 SOB Nº 20175338370.
PROTOCOLO: 175338370 DE 23/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703684393. NIRE: 41205198701.
CCL PARANA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A Sociedade poderá, além dos casos previstos em lei, ser dissolvida por simples consenso entre os sócios.

Parágrafo único: Na hipótese de ser deliberada a dissolução da Sociedade, os sócios farão levantar na época dos fatos um balanço especial de encerramento sendo certo que, após pagas as dívidas existentes, o saldo partível será dividido entre os sócios na proporção de suas respectivas quotas de capital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Em caso de liquidação, poderá o liquidante gravar de ônus reais os móveis e imóveis e contrair empréstimos, bem como prosseguir na atividade social enquanto for necessário para o desenvolvimento da liquidação, nos termos do § único, do artigo 1105, da Lei n. 10.406/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Nos termos do permissivo legal disposto no parágrafo único do artigo 1053 da Lei n. 10406/02, fica estabelecido que, nos casos não contemplados pelo Contrato Social e nas disposições da Lei 10406/02, a Sociedade se regerá, supletivamente, pelas normas da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer oriundas do presente contrato ou de sua execução.

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pane que vede, ainda que temporariamente, o acesso a

9 de 10



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 15:33 SOB Nº 20175338370.
PROTOCOLO: 175338370 DE 23/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703684393. NIRE: 41205198701.
CCL PARANA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CCL PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ 06.167.061/0001-24
NIRE 41.205.198.701

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

cargos públicos: ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade, conforme artigo 1011, parágrafo 1º da Lei 10406/02.

E por estarem assim justos e contratados, os sócios assinam o presente instrumento de constituição de sociedade, em 1 (uma) via de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza os devidos efeitos legais.

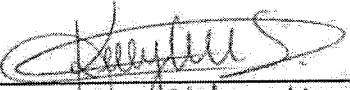
Curitiba, 23 de junho de 2017.


ALCIR LEAL DOS SANTOS



MARIA ANGÉLICA SADIR PRIETO

Testemunhas:

1)


Nome: Kelly Cristina Mantovani dos Santos
RG: 32.694.808-0

2)


Nome: Regiane Gato Gato
RG: 28.094.182-9

10 de 10



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2017 15:33 SOB Nº 20175338370.
PROTOCOLO: 175338370 DE 23/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703684393. NIRE: 41205198701.
CCL PARANA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br